



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SEÇÃO DE CERIMONIAL**

TERMO DE REFERÊNCIA

**LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM, FILMAGEM E TRANSMISSÃO
SIMULTÂNEA PARA A SOLENIDADE DE DIPLOMAÇÃO DOS
CANDIDATOS ELEITOS NAS ELEIÇÕES DE 2020.**

1. OBJETO

Contratação de empresa de som e imagem para realizar sonorização, filmagem e transmissão simultânea para dois telões de LED na Solenidade de Diplomação dos Candidatos Eleitos nas Eleições de 2020, que será realizada no dia 18 de dezembro do corrente ano, no Centro de Eventos do Ceará, Salão Icapuí. CATSER: 12556.

2. JUSTIFICATIVA

A solenidade de Diplomação dos Candidatos Eleitos necessita de um espaço com capacidade para 800 pessoas sentadas. A Secretaria de Turismo do Estado do Ceará cedeu o Salão Icapuí do Centro de Eventos. O pavilhão possui 4.000m² e não possui serviço de sonorização. As dimensões do local acusam a necessidade de telões para que todos possam acompanhar a solenidade.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

- 31.** Contratação de empresa para realizar sonorização, filmagem e transmissão simultânea da Solenidade de Diplomação dos Candidatos Eleitos nas Eleições de 2020, que acontecerá em espaço fechado, na cidade de Fortaleza/CE, conforme especificado a seguir:

Técnicos

- 02 Operadores para filmagem
- 01 Operador para controle do som.
- 01 Operador para mesa de corte

Equipamentos

- Sonorização, mesa de 12 canais, equalizador gráfico, efeito. Gravação de áudio padrão em P3, mídia entregue em 5 (cinco) DVDs. Potência suficiente para espaço fechado com 4.000m² e 800 pessoas.
- 04 (quatro) microfones sem fio - com as baterias devidamente carregadas;
- 04 (quatro) baterias sobressalentes;
- 02 (dois) suportes para mesa ;
- 01 (um) suporte de chão para mestre de cerimônias;

- 02 (dois) telões de LED de alta resolução 4 m x 3 m, placa P3 montada em estrutura Box Strus, com processadora para apresentação de vídeos e imagem ao vivo (transmissão simultânea)
- 10 (dez) caixas de som (2 retornos);
- Transmissão em mesa de corte com duas (02) câmaras
- Vídeo para transmissão/gravação – gravação + filmagem bruta (sem edição).

3.1 condições necessárias para a prestação do serviço:

3.1.1 A contratada deverá ter condições operacionais de entregar, instalar e deixar em condições de perfeito funcionamento os objetos especificados no item 3.1 em local indicado pelo TRE/CE até às 11:00 horas do dia 18/12/2020.

3.2. Os técnicos da empresa contratada que acompanharão o evento deverão chegar com duas horas de antecedência e permanecer até o encerramento da solenidade.

3.3. Não serão aceitas propostas que excluam qualquer um dos itens 3.1.1 e 3.1.2.

4. DA HABILITAÇÃO

Será exigida a apresentação da seguinte documentação:

4.1. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

4.2. Prova de regularidade com a Seguridade Social;

4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

4.5. Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União – CGU;

4.6. Consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

4.7. Consulta ao CNAE da empresa no sítio da Receita Federal;

4.8. Consulta “on-line” ao SICAF da composição societária da licitante;

4.9. Consulta à lista de inidôneos do Tribunal de Contas da União.

4.10 Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado de que prestou serviço semelhante.

5. CRITÉRIO DA ESCOLHA DO PREÇO

5.1. Será considerada vencedora a proposta que apresentar o menor valor global. Não serão aceitas propostas que não atendam integralmente às especificações contidas neste Termo de Referência.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Caberá à contratada disponibilizar, nas datas solicitadas pela contratante, os equipamentos em perfeitas condições de uso e adotar todas as providências necessárias visando a garantir os equipamentos e serviços decorrentes.

6.2. Caberá à contratada o manuseio e a manutenção dos equipamentos.

6.3. Caberá à contratada tomar as providências necessárias ao perfeito funcionamento das instalações.

6.4 Caberá à contratada zelar pela perfeita execução dos serviços contratados. Em caso de falha, os equipamentos deverão ser substituídos imediatamente, de modo a não atrapalhar o desenvolvimento da solenidade.

6.5. Caberá contratada a realização de eventuais reparos que se fizerem necessários na montagem dos equipamentos.

6.6 Caberá à contratada apresentar o número da conta corrente e agência bancária onde deseja receber seus créditos, bem como os dados pessoais do representante legal da contratada (nome, função, identidade e CNPJ/CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço).

6.7 Caberá à contratada designar um representante para atuar como responsável pelo evento e como contato entre o TRE-CE e a contratada, para resolver quaisquer pendências.

6.8. É vedado à contratada transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência da contratante.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE – TRE/CE

7.1. Informar, no mínimo com 10 (dez) dias de antecedência, qualquer mudança no local, na data e no horário do evento.

7.2. Fazer reunião com os profissionais envolvidos na execução do serviço para passar as informações necessárias ao bom desempenho de suas funções.

7.3 Fiscalizar o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, através de servidores especialmente designados.

7.4 Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato.

8. DO PAGAMENTO

8.1 Após verificado que o serviço se encontra de acordo com as exigências contidas neste Termo de Referência, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho, por meio de ordem bancária, creditada na conta-corrente da CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do adimplemento de cada parcela, exceto os pagamentos decorrentes de despesas DE até R\$17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), que serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.

8.2 As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a declaração prevista no art. 4.º da Instrução Normativa n.º 1.234 – RFB de 11 de janeiro de 2012, assinada por seus representantes legais, em duas vias.

8.3 Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012.

8.4 A Nota Fiscal enviada pela CONTRATADA deverá conter o valor total a ser pago pela CONTRATANTE.

8.5 O TRE-CE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, se for observado que os serviços prestados não estão de acordo com as especificações apresentadas e aceitas, aplicando-se ainda as penalidades cabíveis.

8.6 Os pagamentos serão efetuados observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

8.7 A nota fiscal e/ou documento equivalente que for apresentado com erro será devolvido à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 5.1, os dias que se passarem entre a data de devolução e a de reapresentação.

8.8 Para fazer jus ao Pagamento, a CONTRATADA deverá encaminhar a nota fiscal e/ou documento equivalente para pagamento acompanhada da Certidão Negativa de Débito – CND/INSS, do Certificado de Regularidade do FGTS e da certidão conjunta expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, a fim de comprovar a sua regularidade fiscal.

8.9 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo TRE-CE, entre a data referida no item 8.1 e a correspondente ao efetivo pagamento, será a seguinte:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor a ser pago

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

9. PENALIDADES

9.1. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 5.450/2005 e suas alterações e na Lei n.º 10.520/2002, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

9.2. O CONTRATANTE poderá aplicar multa à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

a) advertência;

b) multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por hora, limitada ao percentual máximo de 20% (vinte por cento), por atraso injustificado no cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência.

c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento parcial das obrigações dispostas neste Termo de Referência.

d) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento total das obrigações dispostas neste Termo de Referência.

e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/CE, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

f) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4.º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7.º da Lei 10.520/2002.

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei n.º 8.666/1993.

9.3. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE/CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

9.4. As sanções estabelecidas nos itens 8.2.a, 8.2.e, 8.2.f, 8.2.g poderão ser aplicadas à CONTRATADA, junto com aquelas previstas nos itens 8.2.c e 8.2.d, descontando-as dos pagamentos a serem efetuados.

9.5. Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

9.6. Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

9.7. Os atos administrativos de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União, no Diário de Justiça Eletrônico do TRE/CE e cadastrados no SICAF.

9.8. Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa que for aplicada à CONTRATADA será automaticamente descontado da nota fiscal que vier fazer jus, inclusive de faturas oriundas de outros contratos celebrados com o TRE-CE. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, será enviada GRU e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei n.º 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

10. PRAZOS, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA E/OU INSTALAÇÃO DO SERVIÇO

10.1 O serviço deverá estar em funcionamento, no Salão Icapuí do Centro de Eventos do Ceará, das 14 horas do dia 18 de dezembro de 2020 até o encerramento.

11. VIGÊNCIA DO CONTRATO

Este Contrato terá vigência até o dia 31 de dezembro de 20, com termo inicial a partir da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início em dias de expediente, devendo excluir o primeiro e incluir o último.

12. GESTÃO DO CONTRATO

12.1 A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pela Administração, especialmente pelo servidor designado para ser o gestor do Contrato.

12.2 A gestora do Contrato será a servidora Mirna Chrispim Guimarães, lotada na Seção de Cerimonial, e-mail: mirna@tre-ce.jus.br. A suplente na gestão do Contrato será a servidora Celina Pinheiro da Rocha Costa, lotado na Assessoria de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial, e-mail: celinapinheiro@tre-ce.jus.br

ASCOM, 09/09/2020

Mirna Chrispim Guimarães
ASCOM

Celina Pinheiro da Rocha Costa
ASCOM

De Acordo,

Aline Oliveira Martins
Assessora de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial